

Autogestão da vida e Economia subversiva



Texto escrito por Artur

Beco, Taguá – 2017

Se tomamos as ruas com nossas lutas de resistência, o fazemos a partir de nossas práticas de existência. E assim nos organizamos coletivamente para que nossos fazeres e saberes sigam orientados, antes de tudo, para autogestão de nossas vidas. Nos organizamos em rebeldia diante de estruturas de poder alheias a nós mesmos... e, assim constituímos uma ação política rebelde que tem como um de seus elementos fundamentais uma economia subversiva, que funciona segundo nossas próprias lógicas e “faltas de lógicas”.

Autogestão da vida e autonomia política

Em rebeldia, lançamos um grito... por liberdade, pelo direito ao “bem viver”, pelo direito de rirmos, pelo direito ao digno exercício da dignidade... por autonomia. Somos um apelo por realidades mais igualitárias e ao mesmo tempo mais diversas. Uma intuição de que em coletividade(s) podemos ser os verdadeiros timoneiros de nossas vidas. Somos uma concepção baseada em outras idéias de prosperidade. Mas, somos, antes de tudo, nosso grito em prática.

Somos o proceder cotidiano dos nossos sonhos de autonomia. No dia-a-dia do “fazer”, do “transformar”, das nossas trocas, dos nossos corres... nos constituímos como existências em resistência. Seguimos a teimosia libertária de (re)criar nossas vidas, entre nossas próprias novidades e ancestralidades. Somos uma prática de existência e resistência... a gente existe resistindo e resiste para existir.

Lutamos pelo “bem viver” para vivermos bem. Nossas demandas políticas não são alheias aos nossos modos de vida; a gente luta é, justamente, para preservar a dignidade de vivermos segundo nossas necessidades, capacidades e inventividades. A autonomia política que reivindicamos é para que possamos nos governar a partir de dinâmicas coletivas que realmente tenham a ver com os nossos rolês, nossos territórios, nossos córres, nossas cores...

Nossa dignidade é uma dignidade rebelde que segue uma máxima de Manoel Inácio: “Aqui todos mandam e ninguém obedece; e todos obedecem e ninguém manda”. Salve Ciclovida! Portanto, fazemos as coisas do nosso jeito, segundo nossas próprias lógicas, na busca da autogestão.

Por essa autogestão da vida estabelecemos estratégias de resistência contra processos que subordinam nossas vidas a interesses alheios a nós mesmos. Observamos que há também outros grupos em processos de resistência, como os indígenas, os quilombolas, outras comunidades, rolês, quebradas. Com eles, construímos lutas ainda maiores por autonomia política. Em conjunto, estabelecemos posições quando projetos governamentais e privados nos subordinam a favor de seus interesses. Então, para resistir, a gente dedica esforços para compreender as artimanhas e os “tempos” do Estado, do Mercado e de outras estruturas alheias a nós que pretendem exercer poder sobre as nossas vidas.

Mas, acima de tudo, a gente dedica esforços para existir... existir a partir da (re)criação de nossos próprios tempos, nossas identidades e trampos... Recentemente, na ocasião do 5º Encontro Nacional das Coordenações das Comunidades Quilombolas – CONAQ, foi lançado uma carta para “expressar três sentimentos”: “O primeiro deles é de alegria em poder nos encontrar pela 5ª vez em nível nacional”. Assim como nossos companheiros quilombolas, nós reivindicamos e celebramos, antes de tudo, as quais coisas que dizem respeito a nós mesmos. E assim nos encontramos, dedicando nossos tempos e nossas energias para fortalecermos nossos rolês a partir de nossas próprias presenças nos processos de autogestão.

No desafio da autogestão, nos deparamos com a necessidade de dominarmos minimamente os processos produtivos associados à nossa vida. Como são produzidos nossos alimentos, nossas roupas, nossos meios de transporte, nossos aplicativos eletrônicos? O rolê por trás dos bens e serviços que acessamos fortalece ou enfraquece nossa prática social? Em busca de uma consciência prática dos processos produtivos, compartilhamos saberes... entre nós, com os vizinhos, com a tiazinha da esquina...e a partir disso construímos redes de autonomia. E compartilhamos horas de trampo, espaços, cuidados, experiências. Essa é a única

forma de poder que concebemos de forma positiva. O “poder-fazer”... a união de nossos fazeres que, em coletividade, nos torna mais fortes... a nossa capacidade de tocar os fazeres associados às nossas vidas.

Se o “impessoal” Mercado possui lógicas perversas de produção de valor, estabelecemos nossas próprias dinâmicas de intercâmbios de produtos, serviços, saberes... praticamos vendas, compras e trocas justas porque sabemos o quanto isso fortalece os nossos rolês e os rolês de nossas mestras e mestres, de nossos irmãos e irmãs. Em nossos corres, priorizamos interagir com quem fortalece as nossas realidades, criando redes de parcerias que vão do local ao global.

Aos nos organizarmos em coletivos e redes, nossos esforços de autogestão tornam-se mais fortes e sustentáveis... amplia-se nosso “poder-fazer”. Estabelecemos também territórios de autonomia...ocupações rurais e urbanas, espaços cedidos, casas alugadas que ampliam as possibilidades dos processos cotidianos de autogestão: rangos comunitários, mutirões, oficinas de produção e aprendizagem colaborativas.

Se constituímos movimentos populares por autonomia política, é porque reivindicamos o direito a uma prática social de autogestão da vida. Dedicamos parte importante dos nossos esforços de organização para exercitar “fazeres coletivos”, para existirmos, em rede, segundo nossos próprios modos de vida. Nossa demanda política por autonomia surge da nossa prática cotidiana e vem para fortalecer essa prática.

Nossos movimentos e lutas são reflexo de uma prática social de autonomia

Nossas lutas são primeiramente sobre nós mesmos, sobre nossos fazeres e nosso proceder no mundo. É por nós mesmos que exigimos que seja “tudo nosso” e que nada seja somente para nós mesmos.

Por vezes, o mundão leva a gente a esquecer que nossa condição no mundo é sempre o ponto de partida de nossas rebeldias. E, por causa disso, muitos de nós passaram a construir lutas dedicando-se a disputar o poder do Estado. Nessa disputa, nossas práticas de autonomia tornam-se estranhas a nós mesmos. Passamos a lutar “de fora”, a lutar “pelos outros”... passamos a ser os representantes de uma prática cotidiana que já não nos representa. Muitos movimentos, ao tentar disputar o poder do Estado, viraram simplesmente mais uma faceta desse poder. Suas fileiras de luta tornaram-se celeiros de quadros e intelectualidades sem qualquer vínculo com uma prática social de autonomia.

Desse modo, uma série de movimentos de esquerda, revolucionários e reformistas, tornarem-se parte dessa própria lógica de mando e dominação. Os partidos políticos criados para disputar o poder do Estado se domesticam em fundos partidários e calendários eleitorais. As lutas sindicais deixam de ser assunto de trabalhador(a) para se tornar domínio de burocracias sindicais.

Os movimentos estudantis... bem, estes já nascem alienados de uma prática social de autonomia, em escolas e universidades – espaços que, por excelência, servem para legitimar o domínio dos “canudos de mando” sobre nossas capacidades de compartilhamos saberes e fazeres de forma horizontal. Para disputar o poder do Estado, os movimentos estudantis se apressam em se apropriar dos papéis de mando oferecidos a partir dos “saberes hierarquizados e especializados” da escolarização.

Assim que, em nossa perspectiva de “mudar o mundo sem tomar o poder”, reconhecemos todas as conquistas políticas desses movimentos em construir um mundo mais nosso e colhemos aprendizados. Mas, se nutrimos consideração por essa história de luta, é reafirmando a necessidade de voltarmos ao ponto de partida das lutas de resistência: o fortalecimento nossa existência a partir de práticas sociais autônomas... “É nós mesmos, vagabundo !”

Abdicamos da tomada do poder do Estado para assumir uma ousadia ainda maior: a de diluir o poder do Estado. Com esse objetivo, resgatamos narrativas de movimentos políticos que priorizam a construção de práticas libertárias, como o cotidiano dos “squats” e outras formas de ocupações urbanas nas cidades, os rolês diários dos manos e minas anarcopunks, os corres dos irmãos e irmãs que tocam o dia-a-dia de fábricas ocupadas, de empreendimentos autogestionários.... E assim, resgatamos as nossas práticas sociais como

ponto de partida de nossa rebeldia, constituindo coletivos e territórios, no campo e na cidade, rumo a autonomia política a partir da autogestão de nós mesmos.

E nesse processo de reconstrução da resistência, descobrimos a força das cholas dos Andes, dos irmãos mapuches ao sul, dos povos Ianomami na Amazônia, das comunidades quilombolas e afrorrurais por toda a América, de nossas mães e pais nos terreiros e outros incontáveis grupos que há séculos promovem uma silenciosa resistência a partir de suas práticas de existência. Contra todo tipo de ofensiva colonial e neocolonial, esses grupos seguem sendo eles mesmos, sem serem sempre os mesmos. Independente do modo como se relacionam com as estruturas de poder que vêm de fora, preservam-se fortes porque sabem fazer para eles mesmos muitos dos corres importantes para suas vidas. Seus territórios e coletividades são o refúgio de saberes e práticas preservados a partir do respeito à ancestralidade.

Assim também, em nossos rolês nos aproximamos dos tiozinho que sacam do trampo de pedreiro, das velhinhas que sabem tudo de plantas e medicinas, do mano que tem as “manha” da cozinha, da mina que domina o rolê da autodefesa... E a esses saberes e fazeres, integramos outros...de tecnologias livres, de acesso a direitos, de linguagens... E com isso vamos articulando uma prática social em que os sujeitos, saberes e fazeres se articulam sem as hierarquias importadas dos sistemas de mando. Assim se funda nossa economia rebelde, como parte essencial de nossa ação política.

Nossa economia como parte de nossa rebeldia

Nossa autonomia não cabe em uma economia da exploração do trabalho e do consumo desenfreado. Nossos rolês emanam outras visões de prosperidade. Nossos confortos, nossos anseios e, até mesmo, nossos excessos não estão baseados em consumir e acumular o máximo possível. Ao mesmo tempo, somos cada vez mais empurrados a participar das “lógicas de Mercado”, que é a maneira como o capitalismo pretender organizar nossas vidas econômicas. Em rebeldia, reafirmamos nossas próprias dinâmicas de produção, consumo e trocas...nossas próprias lógicas econômicas.

Não aceitamos as imposições de quem, pela lábia ou na marra, quer nos fazer acreditar que ter uma vida feliz e digna significa dedicá-la somente a produzir e consumir bens e serviços. Essas coisas fazem parte da vida, mas não são nem de longe nossas razões de viver. A idéia de só “produzir e consumir” é uma tentativa de enquadrar todas nossas relações como seres humanos num tal de Mercado, onde tudo, todas e todos são percebidos a partir de interesses egoístas e são medidos por meio de um valor em dinheiro. No Mercado, absolutamente tudo se resume a ser uma mercadoria.....água, ar, animal, pintura, música, gente, sonhos, esperança e afeto. Chamamos esse processo de mercantilização.

Essa vida mercantilizada alcança cada vez mais lugares e pessoas, alastrando tanto por meio do uso da força quanto pela propagação de determinados mitos sobre o ser humano e a vida em sociedade. Uma lenda muito bem contada é a do direito natural das pessoas possuírem e acumularem propriedade quase que ilimitadamente. Essa idéia, que poderia ser interpretada de muitas formas interessantes, é na prática usada pra justificar uma sociedade baseada em abismos de desigualdades. Enquanto uns têm dinheiro para sair do Brasil, ir jantar em Paris e voltar, outros não têm dinheiro nem para comprar arroz e feijão pra uma simples refeição em família.

Outra lenda do Mercado é a de que cada um de nós sempre age, de maneira mais ou menos inteligente e elegante, querendo aumentar o que tem. De acordo com esse mito, somos todos egoístas inveterados. Mesmo quando a gente faz um favor, seria sempre pensado em ter mais crédito com os outros ou querendo acumular uma boa imagem. Isso por que, na lógica do Mercado, imagem e estima também são mercadorias.

Nessa lenda, o ser humano é um incansável egoísta, e necessidades e capacidades comunitárias não existem. A cooperação só serve para acumular algo para si.

Manifestamos nosso desinteresse por essas lendas e resolvemos basear nossa vida e nossa comunidade em outras lendas que tenham mais a ver com as coisas que fazemos e sonhamos em fazer. Outros mitos, que se direcionem para uma vida voltada à realização coletiva, baseada em felicidade, relação sustentável com a Mãe Terra, com amizade e muitas outras coisas mais legais do que só produzir e consumir para ter de mais em mais.

É baseado nesse desafio de transformação comunitária, que apresentamos aqui algumas provocações sobre como estabelecer outras lógicas e formas de circulação de coisas e de serviços entre nós. Ao afirmarmos uma economia em rebeldia com a exploração e o consumismo, acreditamos que podemos construir zonas de autonomia – e incentivar outras pessoas e comunidades a fazer o mesmo, pelas suas próprias formas – para fazer com que nossas interdependências fortaleçam nossas próprias realidades.

Provocando nossas próprias lógicas econômicas

Por que “provocações”?

Essas provocações são um livro em aberto, por isso optamos pelo termo “provocações”, ao invés de “princípios” ou “postulados”. Criticamos as bases da Economia de Mercado – ou Totalitarismo de Mercado, sem o menor compromisso de substituir essas bases por um outro conjunto de encantadoras imposições. O propósito é (re)abrir a interminável e coletivo debate de idéias – e disputa prática – sobre como organizamos a circulação de coisas e serviços entre nós. Essas idéias, nunca definitivas, devem servir de inspiração para colocarmos em prática essas relações.

Cooperação para a autonomia

Podemos tornar cada vez mais rotineiros os processos de produção e troca entre nós. Mesmo que não seja possível eliminar nossa dependência do mercado capitalista sem derrubar de forma radical esse sistema, temos condições concretas de tornar nosso bem estar material e imaterial, coletivo e individual, menos dependente das relações de produção e consumo capitalistas.

Práticas econômicas subversivas como parte de ação política contestatória

A constituição de outras formas de produção e consumo pode estar umbilicalmente associada a outras práticas sociais de resistência e de contestação do Sistema. Projetos de Economia Solidária e outras formas de alternativas de economia, quando não incorporam um vínculo concreto com o desenvolvimento de lutas anti-sistêmicas, tendem a ser incorporadas de diferentes formas ao Mercado.

É possível constituir uma rede na qual, reunindo distintas perspectivas de atuação, os sujeitos dessa economia comunitária e subversiva tomam parte, de diferentes formas, em movimentos com disposição ideológica e capacidade prática de contestação das estruturas do Mercado e das instituições políticas que servem à lógica mercantilista.

Reflexões coletivas sobre nossas necessidades diversas, sem sistemas centralizados e nem igualdades forçadas

É possível construir diferentes propostas sobre como conjugar as necessidades individuais e as possibilidades coletivas. A cegueira egoísta, de querer consumir compulsivamente tudo o que pode e o que não pode ter,

não corresponde à realidade de vida de muitas pessoas que não sabem, não querem saber e tem raiva de quem só sabe viver assim. Igualmente perigosa é a vigilância ideológica de julgar a necessidade alheia a partir de pretensas regras gerais, como fazem aqueles que substituem o ideal do capitalismo de mercado por um sistema centralizado e burocrático de distribuição estatal de bens e serviços, que alguns chamam de socialismo. A esse sistema, podemos chamar criticamente de capitalismo de Estado.

Precisamos refletir entre nós sobre como definir parâmetros de consumo justo e sustentável, sem instituir igualdades forçadas. Isso é possível de ser feito com diálogo, confiança, ação prática, tempo e, acima de tudo, disposição a repensarmos individual e coletivamente nossas práticas de produção, consumo e acumulação.

Valorização do esforço e da qualidade, sem padronização dos gostos e dos méritos

Podemos reconhecer quando há ou não valor no trabalho alheio, sem tornar o mérito algo absoluto ou que possa sempre ser medido em dinheiro. Isso não significa achar que é um vale tudo e bater palma pra coisa feita “nas coxa” e sem entrega pessoal. É necessário incentivar coisas e serviços bem feitas, valorizando a inventividade, o capricho, a técnica aplicada, mas sem cair numa prática mesquinha e ilusória de medir aritmeticamente custo/benefício e converter isso mercadologicamente em quantias financeiras. Parâmetros de troca variam de acordo com o contexto, histórico, afinidades pessoais, entre outros fatores, e não é um problema que haja nesses parâmetros sempre um componente “arbitrário” definido numa relação horizontal entre os agentes envolvidos.

Uso consciente da tecnologia

A tecnologia não é boa, nem ruim e nem neutra. Podemos utilizar recursos tecnológicos para fortalecer nosso processo de autonomia individual e coletiva e para facilitar o desenvolvimento de vínculos afetivos, sociais, espirituais entre nós e com os outros seres do planeta. Mas isso não é uma regra e a relação entre tecnologia e autonomia é mega duvidosa. Frequentemente, há um difícil cálculo a ser feito na decisão de adotar ou não uma determinada ferramenta tecnológica para avaliar se reduz ou aumenta nossa dependência de processos e sistemas de produção que estão fora do nosso alcance.

O dinheiro omite coisas essenciais

O uso do dinheiro como meio troca, pode tornar as transações entre coisas e serviços mais dinâmicas, mas não as torna mais justas ou mais conscientes. Toda ferramenta de troca guarda em si o risco de apartar-nos de uma compreensão do contexto em que está inserido o produto em questão.

Mais do que quanto custa, é fundamental pensar em que produz, como produz, com quais recursos, em que condições, entre outras perguntas que “teoricamente” e equivocadamente se diz estarem internalizadas no preço financeiro de um produto.

Sofisticadamente simples

Optar por consumir menos e produzir coisas simples é uma sofisticada estratégia de autonomia. Isso segue o espírito do que algumas e alguns chamam de “Faça Você Mesm@”. Processos complicados de produção tendem a alienar as/os trabalhadoras/es dos meios de produção e distanciar quem usa de qualquer possibilidade de compreender a produção.

Por um lado, certamente seria difícil produzir uma máquina como um computador sem depender de toda uma gigantesca e complexa cadeia de produção. Temos, no entanto, a escolha de na maioria das oportunidades optar por coisas mais simples, que somos capazes de fazer ou que temos consciência sobre o processo de produção e das suas implicações políticas – Quem trabalha? Sob que condições? Como se dividem os ganhos? A receita é escondida para garantir dinheiro à corporação? – entre outras questões que são muito

mais relevantes do ponto de vista dos impactos da produção e uso das coisas do que muitas das informações que constam nas fichas de propaganda deles quando são apresentados como mercadorias.

Assim, se não pretendo substituir um computador, nem pretendemos aprender a fazer um desde a extração do silício até a instalação dos softwares, algumas coisas podem ser feitas. Uso e financiamento de processos de produção de software livres e compra de hardwares mais adaptados a esses softwares.

Nada de *harê-bo* caviar

Podemos criar propostas alternativas que ultrapassem o universo da “classe média consciente”. Isto é, existe a possibilidade de se trabalhar consciência social e ambiental no âmbito da produção e consumo isso se transformar em consciência num produto de consumo para quem tem poder aquisitivo de comprar “justiça social” e “sustentabilidade”.

Consumo consciente

O consumo consciente busca o equilíbrio entre satisfação pessoal e sustentabilidade, maximizando as conseqüências positivas deste ato não só para o indivíduo, mas também para as relações sociais, economia e natureza. Nosso principal objetivo é disponibilizar produtos eticamente corretos (cuja elaboração não envolva a exploração de seres humanos e/ou animais, e não provoque danos ao [meio ambiente](#)) e realizar negociações baseadas em princípios do bem comum, tendo como alicerce os conceitos da economia solidária, queremos criar colaborativamente um espaço de comercialização de produtos que valorize o produtor, ofereça preços justos e fomente outras iniciativas similares.

Fortalecendo desde já uma economia rebelde

Convidamos a tod@s que lutam pela reprodução de suas práticas de existência contra os sistemas de mando a fortalecer nossas ações de interdependência, constituindo assim uma Rede de Economia Rebelde. Que possamos de imediato nos organizar em uma rede de troca, compra e venda em torno de produtos nossos ou atividades que podemos realizar. Isso incluiria também produtos/serviços de esquemas parceiros de produção alternativa, subversiva e/ou comunitária, com as quais temos convergência práticas. Entre essas iniciativas, estão alimentos naturais, orgânicos, produtos de cooperativas, familiares ou de assentamentos, produções vinculadas a movimentos sociais e a outros espaços de crítica ao sistema de Mercado imposto hoje em dia.

A rede disporia de uma estrutura e de algumas regras de funcionamento voltadas a:

- Facilitar o acesso a esses produtos/serviços, tornando mais cotidianas as nossas interações de troca, compra e venda;
- Dar mais segurança de renda a quem entre nós produz, garantido uma demanda mínima;
- Incentivar trocas diretas e o uso de outros mecanismos de intermediação que não seja dinheiro.